

As Representações Sociais de alunos do Ensino Fundamental acerca do “Abuso Sexual”

The Social Representations of the students of the middle school about “Sexual Abuse”

Carlos Alberto de Oliveira Magalhães Júnior

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
juniormagalhaes@hotmail.com

Tânia do Carmo

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
taniadocarmo@hotmail.com

Joici de Carvalho Leite

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
joicicarvalho@hotmail.com

Adriano José Ortiz

Instituto Federal do Paraná (IFPR)
adriano.ortiz@ifpr.edu.br

Resumo

Este estudo investigou as possíveis Representações Sociais (RS) de 26 alunos do ensino fundamental de um Colégio Estadual da cidade de Maringá, Estado do Paraná, referente ao tema “Abuso Sexual”. O procedimento para coleta de dados foi a “associação livre de palavras” e a análise situada no núcleo central das representações. Os resultados permitiram reconhecer a presença de RS sobre o tema, por meio de aspectos que fazem parte do senso comum, como por exemplo, reconhecerem que o trauma, consequência do abuso, é causado apenas quando há penetração e a violência física deixada no corpo da vítima, não considerando outras formas de violência como a psicológica. Desta forma, as RS de abuso sexual presente entre os alunos está diretamente ligada à conjunção carnal, desconsiderando outras formas, deixando-os mais vulneráveis por não conhecerem o que efetivamente é tratado como abuso sexual, que causam consequências marcantes tanto quanto as que já conhecem.

Palavras chave: adolescentes, violência sexual, educação básica.

Abstract

This paper searched the possible Social Representations (SR) of the 26 students of the middle school in an state school in Maringa city's, in the state of Parana about the theme "sexual abuse". The procedure for data collection was the "free association" and the analysis situated in the representations central core. The results recognized the presence of the SR about the theme, by means of aspects that are part of common sense, for exemple, recognize that the trauma, abuse consequence, is caused only when there's penetration and the physical violence left in the victim's body, not considering others violence's forms, like psychological. This way, the sexual abuse SR present among students, relate it directly to carnal conjunction, disregarding other ways, leaving more vulnerables for not knowing what is effectively sexual abuse, which have striking consequences as well as those they already know.

Key words: teens, sexual violence, basic education

Fundamentação teórica

Os índices de violência no Brasil vêm aumentando vertiginosamente nas últimas décadas, afetando diversos setores da sociedade. Porém, dentre tantas formas de violência que assola o país, uma das que mais choca e causa indignação, é o abuso sexual. Essa categoria de violência tem mobilizado distintos segmentos sociais, inclusive o escolar, no sentido de se pensar formas de enfrentamento desse desumano formato de violação de direitos, principalmente de crianças e adolescentes.

O abuso sexual pode ser considerado uma modalidade de violência doméstica, e além das práticas sexuais propriamente ditas pode implicar agressão física e abuso emocional (AZEVEDO; GUERRA; VAICIUNAS, 1997). Vale lembrar que no ano de 2016 o Brasil foi palco de dois casos de abuso sexual que impactaram a população: quatro adolescentes, da cidade de Castelo do Piauí (PI) sofreram estupro coletivo e foram arremessadas de um penhasco; na cidade do Rio de Janeiro (RJ), uma adolescente de 16 anos, foi estuprada por cerca de 30 homens, e as manchetes sobre esses casos foram fortemente exploradas pelas diversas mídias.

Entretanto, apesar do destaque dado pela mídia a esses casos devido à brutalidade com que os mesmos foram cometidos, não podemos deixar de lado um resultado deveras caro à discussão: a grande maioria dos estupros ocorre dentro da casa da vítima e são consumados por pessoas que apresentam vínculo com a mesma, sejam familiares ou amigos. Ainda sabe-se que as vítimas são em mais de 80% mulheres com idade inferior a 18 anos (CERQUEIRA; COELHO, 2014).

Lamentavelmente, é muito comum, o discurso social que imputa a culpa à vítima, proveniente

de representações culturais, construídas ao longo da história, recheadas de interpretações dúbias e contraditórias. Para se ter uma ideia do impacto social dessas discussões, consideramos que até o ano de 2005 nosso código penal permitia que o estupro pudesse se casar com a vítima como forma de evitar o cumprimento de pena, texto ainda encontrado em nosso código civil (BRASIL, 2002; 2005). Outro exemplo foi à alteração realizada em 2009, que reinterpreta o conceito de estupro de forma mais ampla, englobando no termo o que antes se entendia apenas como atentado violento ao pudor e substituindo o termo “mulher” por “alguém” (BRASIL, 2009).

Assim, para que ocorra o enfrentamento da violência sexual exige-se a integração de diversos segmentos sociais, tais como: segurança, justiça, saúde, sociedade civil organizada e a escola. Nessa perspectiva, a inserção de temas relacionados à sexualidade, violência sexual e por consequência o abuso sexual, são de suma importância em sala de aula.

No ensino fundamental, campo onde a pesquisa foi realizada, ainda persistem muitas práticas pedagógicas respaldadas em discursos socialmente normalizadores e naturalizados acerca do tema sexualidade. O ensino de Ciências precisa abandonar essas prerrogativas e trabalhar com seus alunos não apenas temas relacionados à sexualidade e ao corpo humano, mas também assuntos ligados à violência sexual, como evitá-la e como identificá-la.

No documento intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997), a disciplina de Ciências, deve contemplar programas voltados para a saúde e a educação sexual, que são considerados temas transversais, podendo perpassar por todas as áreas disciplinares. Conforme o documento, o papel da escola é o de complementar os conhecimentos trazidos de casa pelos alunos, e nunca de substituir a educação que é proveniente do lar. “O trabalho de Orientação Sexual proposto por este documento compreende a ação da escola como complementar à educação dada pela família [...] O diálogo entre escola e família deverá se dar de todas as formas pertinentes a essa relação”(BRASIL, 1997, p. 85).

E dessa união (sociedade, escola, ensino de Ciências e pais) é possível a construção de uma educação coletiva que vise educar as crianças para um futuro no qual não tenhamos mais que relatar cenas tão triste como as de abuso sexual.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi proposta no ano de 1961 por Serge Moscovici, e tem se disseminado na última década pelo cenário educativo. O autor relata que o conhecimento produzido no meio científico baliza-se de regras como: rigor lógico, teórico e metodológico, sendo denominado de “universo reificado”. Já o conhecimento elaborado a partir do cotidiano (senso comum), faz parte de um “universo consensual”, onde não existem limites nem restrições (MOSCOVICI, 2003). O autor ainda nos indica que as Representações Sociais (RS) têm papel de convenção, bem como prescrição em uma sociedade.

Jean Claude Abric complementa a TRS desenvolvendo a Teoria do Núcleo Central (TNC) em 1976. Nessa teoria as RS são compostas por um núcleo central e zonas periféricas. O núcleo seria a estrutura mais resistente, estável, determinando a memória coletiva e as significações, enquanto, os elementos periféricos são mais brandos e diversificados, responsáveis pela

atualização e contextualização da representação (ABRIC, 1998).

Neste contexto, o espaço escolar mostra-se como ideal para a discussão, quebra de paradigmas, representações, detecção e intervenção em casos de abuso. Logo, este estudo teve enquanto objetivo entender e analisar as possíveis RS de estudantes do 9º ano do ensino fundamental, identificando os possíveis elementos centrais e periféricos das RS acerca do tema indutor abuso sexual.

Percurso Metodológico

A pesquisa de natureza qualitativa foi realizada com estudantes de uma turma do 9º ano do ensino fundamental de um Colégio Estadual da cidade de Maringá, no Estado do Paraná, Brasil, no período matutino, e contou com a participação de 26 adolescentes com idade entre 13 e 16 anos. As participações foram voluntárias e a coleta de dados ocorreu no primeiro semestre do ano de 2016. A turma foi selecionada intencionalmente, pois dariam início, na disciplina de Ciências, aos conteúdos sexualidade e reprodução humana, desta forma, o tema “Abuso Sexual” pode desencadear discussões indicando as RS dos adolescentes (MAGALHÃES JÚNIOR; TOMANIK, 2012).

A técnica de coleta de dados que utilizamos neste estudo é denominada “evocação livre de palavras” (SÁ, 1996). Assim, os alunos receberam uma folha composta apenas pelo termo indutor: “Abuso Sexual”. Eles deveriam escrever as cinco primeiras palavras que lhe vieram à mente em relação ao tema proposto e, em seguida, deveriam classificá-las de acordo com seu grau de importância, ou seja, a de número um seria a mais importante até a de número cinco a menos importante. O objetivo desse tipo de hierarquização é o de proporcionar uma reavaliação da ordem em que as palavras foram evocadas (NAIFF; NAIFF; SOUZA, 2009; ROCHA, 2009). Finalizamos, solicitando aos alunos para dissertarem, de forma breve, sobre cada uma das palavras evocadas.

Os dados foram analisados a partir da identificação dos elementos centrais e periféricos das RS em conformidade com premissas sugeridas por Sá (1996), Naiff, Naiff e Souza (2009) e Magalhães Júnior e Tomanik (2012). Esses estudiosos indicam a utilização da fórmula da Ordem Média das Evocações (OME) para determinar as RS que os indivíduos compartilham sobre um assunto. A fórmula da OME faz uso da “somatória do grau de importância que os participantes atribuíram à determinada palavra ou grupo semântico, dividida pela frequência com que a palavra foi evocada, ou seja, pela soma da quantidade de vezes que o termo foi evocado” (GALVÃO; MAGALHÃES JÚNIOR, 2016, p. 127-128).

Resultados e Discussão

Ao analisar as evocações realizadas pelos alunos, registraram-se 130 palavras. Deste total, 13 foram descartadas por apresentarem frequência igual a um. Para a literatura, elas não

apresentam importância em relação à representatividade do grupo (FERREIRA et al., 2005; TEIXEIRA; BALÃO; SETTEMBRE, 2008; MAGALHÃES JÚNIOR; TOMANIK, 2013), restando para a análise 117 palavras, que após a constituição dos grupos semânticos, compuseram na Tabela 1.

Elementos centrais - 1º quadrante			Elementos intermediários - 2º quadrante		
Alta f e baixa Ordem Média de Evocações $f > 5,0$ e $OME < 3,2$			Alta f e alta Ordem Média de Evocações $f > 5,0$ e $OME \geq 3,2$		
Grupo semântico de palavras	Freq.	OME	Grupo semântico de palavras	Freq.	OME
Trauma	25	3,1	Sexo a força	8	3,4
Estupro	22	2,0	Morte da vítima	6	3,2
Violência	9	2,4			
Elementos intermediários - 3º quadrante			Elementos periféricos - 4º quadrante		
Baixa f e baixa Ordem Média de Evocações $f < 5,0$ e $OME < 3,2$			Baixa f e alta Ordem Média de Evocações $f < 5,0$ e $OME \geq 3,2$		
Grupo semântico de palavras	Freq.	OME	Grupo semântico de palavras	Freq.	OME
Gravidez	4	2,5	Dor física	4,0	3,5
Mulher	3	2,7	Psicopata	4,0	3,5
Sufrimento	3	2,7	Covardia	3,0	4,0
Consequências	2	3,0	Aborto	3,0	3,7
Cadeia/prisão	2	2,5	Assédio	2,0	5,0
Abuso de menor	2	2,0	Sequestro	2,0	4,0
Agressão	2	1,5	Tristeza	2,0	4,0
			Machucados	2,0	4,0
			Camisinha	2,0	4,5
			Abuso	2,0	3,5
			Consciência	2,0	3,5

Tabela 1. Elementos das RS referentes a Abuso Sexual apresentados pelos alunos do 9º ano.

Analisando a Tabela 1, pode-se perceber que o núcleo central das RS é possivelmente representado pelos grupos semânticos constantes no 1º quadrante (núcleo central): Trauma, Estupro e Violência, estes elementos são aqueles mais rígidos e difíceis de serem mudados, respondem pela homogeneidade do grupo.

O grupo semântico “Trauma” foi o que obteve maior frequência (25) e maior OME (3,1). Esta maior representatividade do grupo, pode ser explicada pelas marcas que as consequências do abuso deixam na vítima, sendo um deles o trauma, conforme pode ser reconhecido em algumas explicações dos alunos: “Algo que traumatiza uma pessoa no caso o sexo” (A03); “Lembrança ruim sobre qualquer acontecimento, por exemplo: estupro” (A12); “Depois que ocorre o estupro

você pode ficar com vários problemas psicológicos como não querer que ninguém nunca mais toque em você” (A24).

Nas falas destes alunos é possível perceber que vinculam o trauma ao estupro, sexo (penetração), consideram que o mesmo só ocorre quando a vítima sofre um estupro, não levam em conta outros tipos de abuso sexual que não seja o ato carnal.

Garbarino, Kostelny e Dubrow (1991) definem trauma como um prejuízo, um estado psíquico ou comportamental desorientado, provocado por estresse mental ou emocional ou dano físico, relacionado a eventos que podem provocar medo agudo ou crônico.

Por sua vez com Câmara Filho e Sougey (2001, p. 222), um acontecimento é considerado um trauma quando se trata de “uma situação experimentada, testemunhada ou confrontada, na qual houve ameaça à vida ou à integridade física de si próprio ou de pessoas a ele afetivamente ligadas”.

Neste sentido, as explicações dos alunos para o termo trauma, não são associadas a outras formas de agressão encontradas na literatura, podendo então afirmar que estes alunos possuem RS relacionadas ao trauma como sendo uma consequência que a vítima irá ter por apenas por ter sofrido conjunção carnal.

O segundo grupo semântico, “Estupro”, teve $f = 22$ e $OME=2,0$ para este termo os alunos apresentaram justificativas como: “É quando uma pessoa quer fazer sexo e a outra não, então ela faz a força” (A07); “Fazer a força o que a outra pessoa não quer” (A08); “É abuso sexual quando uma pessoa não quer fazer sexo e do mesmo jeito força a fazer (A10); “É quando uma pessoa te abusa sexualmente, ou seja, te obriga a fazer sexo com ela sem você querer” (A16).

Em meio às falas de A07, A08, A10 e A16, percebe-se que os alunos entendem o estupro como o ato em que uma pessoa faz sexo com a outra sem consentimento, correspondendo com o que pode ser encontrado na literatura como definição de estupro: “Ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso” (PIMENTEL; ARAÚJO, 2007; BRASIL, 2009).

No entanto, assim como o fizeram para o primeiro grupo semântico relacionam abuso sexual diretamente a penetração, podendo assim caracterizar uma RS de abuso sexual.

O último grupo semântico que compõe o núcleo central é a “Violência”, representada na fala dos alunos como: “É quando a pessoa é agredida e forçada a fazer aquilo e muitas vezes as vítimas de violência ficam com sintomas no corpo para o resto da vida e pode até matar” (A01); “É pegar a vítima e obrigar ela a fazer algo que não goste maltratar, judiar entre outros” (A04); “Quando bate na pessoa até morrer” (A06).

A violência é uma das categorias existentes no abuso sexual sendo reconhecido pelos alunos em suas respostas, no entanto estes alunos a compreendem como agressão física. No entanto, Assis e Constantino (2003, p. 163) relatam que a violência pode ser entendida, como “qualquer ação ou omissão realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e espirituais a si próprios ou aos outros”. Assim, a violência, como

mencionada nos excertos dos alunos, é um derivante do abuso sexual, e forma de violação dos direitos de qualquer cidadão.

Em meio aos grupos semânticos pertencentes ao núcleo central, é possível compreender que estes reconhecem aspectos estritamente relacionados ao termo indutor, no entanto podem-se reconhecer RS ao apresentarem explicações que relacionam abuso sexual e suas consequências apenas quando ocorre penetração. Também podem ser consideradas RS a visão dos alunos em relação a abuso sexual por não abordarem outros tipos de violência que não seja a física que deixam marcas no corpo da vítima. Neste sentido, Sanderson (2005) enfatiza que a existência do abuso sexual, não implica que tenha havido contatos físicos ou sinais evidentes, que envolvem traumas nas regiões genital, anal, retal, nos mamilos, nas nádegas, baixo ventre e coxas, com ardência, dor ou prurido, além de infecções, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez.

Apesar da abrangente conceituação relacionada ao abuso sexual, nossos dados indicam uma restrição das RS desses alunos ao estupro como ato violento e com consequências traumáticas. As relações de poder expressas no parágrafo anterior não são observadas nesse grupo, o que pode afastá-los de elementos importantes dessa discussão como: quem são os estupradores? Quem são as pessoas estupradas? Ao restringir o conceito de violência sexual ao estupro e violência, deixa-se de lado, por exemplo, que no caso de crianças, na maioria não há penetração, ou ainda os casos em que a vítima não apresenta capacidade de discernimento, como quando doente ou alcoolizada (CHAGAS; BANDEIRA, 2016).

Considerações finais

Os dados deste estudo indicaram que os alunos reconhecessem situações que estão diretamente ligadas ao abuso sexual, no entanto é possível afirmar que existem RS compartilhadas entre eles quando não entendem o abuso de forma mais ampla, conceituando-o de forma generalizada como o ato sexual com penetração. Esta percepção de abuso precisa ser melhor discutida com os alunos e a escola tem condições de fazê-lo, por ser um local onde as discussões e reflexões devem ocorrer. Assuntos dessa natureza impactam a sociedade quando ocorrem, mas ainda não é bem compreendido pelos adolescentes, que por muitas vezes podem sofrer outros tipos de abusos e não o considerarem, por compartilharem RS no qual o abuso sexual ocorre apenas quando há conjunção carnal. Neste sentido, há muito ainda a ser discutido e refletido com os alunos para que esta realidade possa ser transformada por meio do conhecimento, as aulas de ciências são um espaço propício para essas reflexões, já que ele consegue abrir caminho para a quebra das RS que persistem no meio social.

Agradecimentos e apoios

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Referências

- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. de. **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: Ed. AB, 1998.
- ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. Violência contra crianças e adolescentes: o grande investimento da comunidade acadêmica na década de 90. In: MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. (Orgs). **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, p. 163-198.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A.; VAICIUNAS, N. O Incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas consequências psicológicas. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 195-209.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.
- _____. Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. Institui o código civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso 19 de jan. de 2017.
- _____. Lei 11.106 de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm. Acesso 19 de jan. de 2017.
- _____. Lei nº 12015 de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm. Acesso: 19 de jan. de 2017.
- CÂMARA FILHO, J. W. S.; SOUGEY, E. B. Transtorno de estresse pós-traumático: formulação diagnóstica e questões sobre comorbidade. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 23, n. 4, 2001, p. 221-228.
- CHAGAS, K.; BANDEIRA, M. Violência sexual: crime invisível (2016). **Gazeta Online**. disponível em: <http://especiais.gazetaonline.com.br/violenciasexual/> acesso 19 de jan. de 2017.
- CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S C. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde**. Brasília: IPEA, 2014.
- FERREIRA, V. C. P.; SANTOS JÚNIOR, A. F.; AZEVEDO, R. C.; VALVERDE, G. A Representação Social do Trabalho: Uma contribuição para o estudo da Motivação. **Estação Científica**, 2005. Disponível em: <<http://victorparadela.com/Artigos/Artigo.RST.pdf>> Acesso: 19 jan. 2017.

GALVÃO, C. B., MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O. A relação entre as Representações Sociais de professores sobre Educação Ambiental e os projetos relacionados à Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 33, n. 2, 2016, p. 124-141.

GARBARINO, J.; KOSTELNY, K.; DUBROW, N. What children can tell us about living in danger? **American Psychologists**, v. 46, n. 4, 1991, p. 376-383.

MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O.; TOMANIK, E. A. Representações sociais e direcionamento para a educação ambiental na Reserva Biológica das Perobas, Paraná. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 17, n. 1, 2012, p. 227-248.

MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O.; TOMANIK, E. A. Representações Sociais de Meio Ambiente: Subsídios para a formação continuada de professores. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 19, n. 1, 2013, p. 181-199.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes. 2003.

NAIFF, D. G. M.; NAIFF, L. A. M.; SOUZA, M. A. As Representações Sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2009, p. 216-229.

PADILHA, M. G. S. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: considerações sobre os fatores antecedentes e sua importância na prevenção. In: GUILHARD, H. J.; QUEIRÓZ, P. P.; MADI, M. B.; SCOZ, A. C. (Orgs). **Sobre comportamento ciência e cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento**. v. 10. Santo André: ESETEC, 2002, p. 209-220.

PIMENTEL, A.; ARAÚJO, L. S. **Concepção de criança na pós-modernidade. Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, n. 2, 2007, p. 184-193.

ROCHA, A. G. **Representações Sociais sobre novas tecnologias da informação e da comunicação: novos alunos, outros olhares**. 2009. 314f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Santos, Santos, 2009.

SÁ, C. P. **Núcleo das Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

TEIXEIRA, M. C. T. V.; BALÃO, S. M. S.; SETTEMBRE, F. M. Saliência de conteúdos de representação social sobre o envelhecimento: análise comparativa entre duas técnicas associativas. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 16, n. 4, 2008, p. 518-524.

VITIELLO, Nelson. A educação sexual necessária. **Revista Brasileira da Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 6, n. 1, 1995, p. 18-25.